

LEIS QUE REGULAM A APOSENTADORIA DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

RELAÇÃO DAS LEIS E DECRETOS QUE REGULAM A APOSENTADORIA DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI N. 465, de 28 de setembro de 1949.

Regula a aposentadoria dos escreventes, auxiliares de cartório e oficiais de justiça.

LEI N. 507, de 17 de novembro de 1949.

Modifica a redação da lei n. 465, de 28 de setembro de 1949.

DECRETO N. 19.365, de 20 de abril de 1950.

Dispõe sobre a inscrição na "Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça".

DECRETO N. 19.379, de 27 de abril de 1950.

Dispõe sobre a forma da arrecadação da Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça.

DECRETO N. 19.444-A, de 30 de maio de 1950.

Aprova o orçamento para o exercício de 1950 da Carteira de Servidores da Justiça.

DECRETO N. 19.441-13, de 29 de maio de 1950.

Aprova os modelos de estampilhas para arrecadação da Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça".

LEI N. 751, de 11 de agosto de 1950.

Altera a redação do artigo 16, da lei n. 465, de 23 de setembro de 1949.

LEI N. 889, de 11 de Dezembro de 1950.

Extende aos serventuários de justiça sucedidos por invalidez, as vantagens que a lei n. 507, de 17 de novembro de 1949 outorgou aos sucedidos em virtude da sucessão por tempo de serviço.

DECRETO N. 20.201, de 11 de janeiro de 1951.

Derroga o artigo 8.º, do Decreto n. 19.365, de 20 de abril de 1950.

LEI N. 2.410, de 10 de dezembro de 1953.

Dispõe sobre as aposentadorias dos serventuários sucedidos por invalidez.

DECRETO N. 23.390-D, de 2 de Junho de 1954.

Revoga o disposto no parágrafo único, do artigo 10, do decreto n. 19.365, de 20 de abril de 1950.

LEI N. 3.063, de 12 de julho de 1955.

Dispõe sobre inscrição de Servidores da Justiça, na Carteira de Servidores da Justiça do Instituto de Previdência.